



revista internacional
de direitos humanos

edição **21**

- DOSSIÊ SUR SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS -

ONGs e política de drogas
Rafael Custódio

Slogans vazios, problemas reais
Carl L. Hart

Políticas de drogas e saúde pública
Luís Fernando Tófoli

*Brasil: Reflexões críticas sobre
uma política de drogas repressiva*
Luciana Boiteux

*O elefante na sala:
Drogas e direitos humanos na América Latina*
Juan Carlos Garzón, Luciana Pol

*Ásia: Em defesa de políticas
de droga mais humanas e eficazes*
Gloria Lai

*África Ocidental:
Uma nova fronteira para a política de drogas?*
Adeolu Ogunrombi

Avanços na política de drogas no Uruguai
Milton Romani Gerner

ONU em 2016: Um divisor de águas
Anand Grover

- ENSAIOS -

*Poderes regulatórios estatais
no pluralismo jurídico global*
Víctor Abramovich

*Mentiras gravadas no mármore
e verdades perdidas para sempre*
Glenda Mezarobba

A ação humanitária é independente de interesses políticos?
Jonathan Whittall

- IMAGENS -

Protestos globais - Pela lente dos fotógrafos
Leandro Viana

- EXPERIÊNCIAS -

Ocupando Hong Kong
Kin-man Chan

- PANORAMA INSTITUCIONAL -

Filantropia familiar no Brasil
Inês Mindlin Lafer

- DIÁLOGOS -

"Todas as vozes importam"
Kasha Jaqueline Nabagesera

"Eles têm de nos entregar nossos companheiros com vida"
Gerardo Torres Pérez, María Luisa Aguilar

- VOZES -

*Vigilância em massa de E-mails:
A próxima batalha*
Anthony D. Romero

DIÁLOGOS @

“ELES TÊM DE NOS ENTREGAR NOSSOS COMPANHEIROS COM VIDA”

Gerardo Torres Pérez, María Luisa Aguilar

- *Entrevista com Gerardo Torres Pérez & María Luisa Aguilar, ativistas mexicanos, sobre desaparecimento forçado no país e o caso dos 43 estudantes de Ayotzinapa.*

Há hoje no México, segundo dados oficiais, mais de 26 mil pessoas desaparecidas. É um número 600 vezes maior que o dos 43 estudantes de Ayotzinapa. O grupo de jovens virou símbolo das violações de direitos humanos depois de ser emboscado por forças de segurança no dia 26 de setembro de 2014 e desaparecer forçadamente nas mãos de elementos do Estado ligados ao crime organizado. As circunstâncias do crime ainda não foram completamente esclarecidas, tampouco sabe-se ao certo seu paradeiro. Para o governo as investigações foram encerradas sob a alegação – de três pessoas – de que os estudantes foram incinerados num lixão do município de Cocula.

O sumiço dos jovens estudantes de um curso de magistério rural no Estado de Guerrero, no sudoeste mexicano, em setembro de 2014, desencadeou imediatamente campanhas multitudinárias de solidariedade ao redor do mundo todo. Durante meses, os alunos da Escola Normal Rural “Raúl Isidro Burgos” de Ayotzinapa foram buscados sob a atenção angustiada de parentes, da imprensa e de cidadãos chocados com a brutalidade do crime. Milhares de pessoas foram às ruas em diversas manifestações que pediam justiça e expressavam solidariedade. Nas redes sociais, inúmeras postagens de indignação mantiveram acesa durante muito tempo a esperança de um dia encontrar o grupo com vida.

Mas agora os holofotes da opinião pública se desligaram e a escuridão se abateu não apenas sobre o destino dos 43 jovens estudantes de Ayotzinapa, mas também sobre a sorte de milhares de outros mexicanos e mexicanas que, como eles, ainda têm seu paradeiro ignorado.

O que à primeira vista parecia uma tragédia isolada num pequeno município de Guerrero revelou-se aos poucos a ponta de um novelo enrolado que mantém conectados o Estado mexicano e o crime organizado, numa teia de interesses promíscuos cujo alcance total ainda permanece desconhecido. Em todo o México, se acumulam casos de pessoas engolidas para sempre sob um manto escuro de violência e silêncio. São pessoas que, ao contrário dos alunos da pequena escola rural, não despertam o interesse de campanhas internacionais de solidariedade.

Gerardo Torres Pérez, de 22 anos, era companheiro de curso dos 43 desaparecidos. Seu irmão mais novo estava com o grupo que foi emboscado naquela noite, mas conseguiu escapar. Em 2011, três anos antes desta tragédia de Ayotzinapa, o próprio Gerardo conta que foi envolvido num caso semelhante. Policiais capturaram, torturaram e obrigaram o jovem a disparar uma arma de fogo, numa tentativa de que ele produzisse provas contra si mesmo. A força pública queria fazer a Justiça mexicana acreditar que Gerardo havia disparado numa manifestação pacífica de estudantes, onde dois dos seus companheiros foram executados por elementos do Estado.

Com o apoio de organizações locais e internacionais de direitos humanos, histórias como a de Gerardo e dos 43 desaparecidos do Estado de Guerrero estão vindo à tona. A ativista e coordenadora da área internacional da ONG Tlachinollan, María Luisa Aguilar, diz esperar que o caso de Ayotzinapa “seja um ponto de inflexão” nos desaparecimentos no México. Ela acompanhou de perto o trabalho do grupo de antropólogos forenses vindos da Argentina para elucidar o caso como peritos independentes das famílias.

Ao mesmo tempo, Aguilar se esforça para que medidas cautelares e recomendações feitas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sejam acolhidas pelo Estado mexicano. Uma destas recomendações teve como resultado a nomeação do Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI), que desde março de 2015 tem elaborado relatórios¹ com recomendações para o Estado tendo como foco quatro frentes de trabalho: o processo de busca, pesquisa para determinar responsabilidades penais, atenção às vítimas e políticas públicas contra o desaparecimento forçado.

Aguilar y Pérez estiveram em São Paulo, em maio de 2015, participando do Colóquio Internacional de Direitos Humanos, promovido pela Conectas com a presença de 130 ativistas de 40 países. Durante o encontro, Gerardo e María Luisa conversaram com a Revista Sur sobre o caso de Ayotzinapa, a situação geral dos desaparecidos no México e a ligação entre as forças estatais e o crime organizado.

Diversas ações – de protesto a campanha internacional – buscam manter vivo o grito de resistência das vítimas da violência e desaparecimento forçado no México. Entre março e junho deste ano, uma Caravana de pais e mães dos 43 alunos, acompanhados de outros estudantes, percorreu os EUA, Argentina, Brasil, e Uruguai com o objetivo de expor a situação da Escuela Normal e os avanços da investigação, assim como pedir aos povos da América do Sul que não se esqueçam da luta em Ayotzinapa.

• • •

Conectas Direitos Humanos • O que foi feito para elucidar o caso dos 43 estudantes de Ayotzinapa?

Gerardo Torres Pérez • Desde o desaparecimento dos estudantes, no dia 26 de setembro de 2014, até hoje, nós não recebemos nenhuma resposta clara e satisfatória das autoridades competentes do México. O que eles fizeram, depois de um tempo, foi realizar investigações e deter várias pessoas que, segundo eles, são membros do crime organizado. Fizeram essas pessoas declararem que nossos companheiros estavam mortos. Mas, conforme os especialistas forenses que estiveram no local para fazer as investigações pertinentes disseram, nossos companheiros não podem simplesmente ser considerados mortos a partir de simples declarações de algumas pessoas presas. Nós, como estudantes de Ayotzinapa, continuamos dizendo que eles têm de nos entregar nossos companheiros com vida. Foi o Estado quem os arrancou de nós, quem se encarregou desse desaparecimento e por isso continuamos nessa mesma postura. Eles têm de nos entregar nossos companheiros.

Conectas • Quem cometeu esse crime?

G.T.P. • Segundo as declarações que nossos companheiros deram muitas vezes, foram principalmente os policiais do município que detiveram os estudantes e colocaram todos eles nas viaturas em que foram transportados. Não sabemos para onde eles foram levados. Alguns policiais detidos dizem que entregaram os estudantes ao crime organizado. Ou seja, fazem um trabalho conjunto com o crime. Por isso, nós dizemos que foi um trabalho conjunto entre o Estado e o crime organizado. No México, tem-se uma concepção muito clara de como funciona o crime organizado. Ele simplesmente faz o trabalho sujo do Estado – se encarrega de desaparecer, de matar, de violar direitos humanos, enfim. Assim o Estado atribui as violações ao crime organizado e fica, ele mesmo, livre de toda a culpa.

Conectas • Quanto disso você vivenciou pessoalmente?

G.T.P. • Eu sou estudante de Ayotzinapa. Eu não estive nos fatos ocorridos em 26 de setembro, mas meu irmão mais jovem presenciou tudo. Por sorte, ele saiu ileso do massacre.

Conectas • Você viveu experiências semelhantes de violência por parte do Estado ou do crime organizado?

G.T.P. • Em 2011, a escola viveu outra repressão por parte do Estado, na qual dois companheiros foram mortos por elementos do Estado. Desde então, não houve detenção de nenhum autor material ou intelectual do crime. É algo

que ficou totalmente impune. Tentaram me culpar, dizendo que eu havia matado meus próprios companheiros. Obrigaram-me a disparar uma arma de fogo, me levaram, me torturaram, queriam arrancar de mim uma falsa declaração de que eu havia disparado contra eles. Não conseguiram me culpar dessa maneira, mas fui vítima de atos como este por parte do Estado.

Conectas • Estamos falando de casos particulares, mas isso está longe de ser algo pontual no México, certo?

María Luisa Aguilar • O caso de Ayotzinapa é muito simbólico porque envolve um grupo grande de estudantes muito ativos que conseguiram atrair a atenção da cidadania mexicana e internacional. Houve mobilização dos pais destes estudantes, além do acompanhamento por parte da sociedade civil, mas este não é um caso isolado. A situação das forças de segurança e seu envolvimento com o crime organizado, a relação destas forças com as autoridades civis, com as autoridades militares é algo que ocorre em todo o país. Temos oficialmente mais de 26 mil desaparecidos no México. São pessoas que ninguém sabe onde estão e que o Estado não tem a capacidade de buscar com vida, nem tampouco de dizer se são desaparecimentos forçados, se são desaparecimentos cometidos pelo crime organizado, ou se são pessoas que simplesmente não estão em suas casas. Estes são os dados oficiais. As organizações, evidentemente, registram números muito mais altos e preocupantes. Dentro deste universo, há ainda os desaparecimentos de imigrantes da América Central. Toda esta situação se dá num contexto de pobreza – o Estado de Guerrero tem uma população muito pobre. Este é também o Estado que tem a mais alta taxa proporcional de homicídio. Ele está inserido num contexto de muita violência e de militarização.

Conectas • Como as organizações de defesa de direitos humanos lidam com um contexto tão difícil quanto o que você descreve?

M.L.A. • Organizações como a nossa, que acompanham os estudantes em Guerrero, tomaram como primeiro passo falar com a Equipe Argentina de Antropologia Forense, em coordenação com outras organizações que atuam no México, para que conseguíssemos chegar aos diferentes níveis de autoridades envolvidas. A Equipe Argentina veio composta por peritos a serviço das famílias porque depois de três semanas do ocorrido as autoridades tentavam dizer às famílias que tinham encontrado valas clandestinas e que aí estavam seus familiares. Isso mostra que a capacidade das autoridades era deplorável demais para que pudessem fazer qualquer tipo de identificação. Além disso, a falta de confiança das famílias fez com que trouxéssemos esse grupo de especialistas, para trabalhar em conjunto em diferentes partes da investigação. Por outro lado, nós levamos o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Foram solicitadas medidas cautelares para os estudantes desaparecidos e também para os estudantes que foram feridos – um deles ainda se encontra em estado vegetativo, outros dois ainda estão em processos de recuperação. Ainda nesse processo de medidas cautelares, organizações junto com as famílias demandaram que o Estado solicitasse assistência técnica à CIDH, o que se traduziu na vinda do Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI). O GIEI é um grupo independente que está fazendo uma revisão da investigação, além de propor recomendações sobre o que o Estado precisa fazer e não está sendo feito. A primeira recomendação, feita desde o primeiro dia, é que, enquanto não haja certeza sobre onde estão os jovens, a busca deve continuar. E eles devem ser buscados com vida. Além disso, esse grupo deve fazer ainda recomendações a respeito das relações entre o Estado e o crime organizado, investigação penal e, num quadro mais amplo, sobre como o Estado pode enfrentar uma crise de desaparecimentos como a que o México enfrenta hoje.

Conectas • Em crises como essa, a atenção da imprensa e da opinião pública dura um certo tempo e desaparece, mas a realidade continua sendo terrível no local. Agora que muita gente parou de falar do caso, como é a vida para você e para seus companheiros?

G.T.P. • Continua sendo o mesmo, o mesmo de antes que tudo isso tivesse começado. Assassinatos e outras violações aos direitos humanos ainda ocorrem. O próprio Estado tem se encarregado de não prover essa segurança. Mesmo com a presença da polícia continuam havendo assassinatos a torto e a direito. De madrugada aparecem os corpos sem vida. Nós ficamos muito preocupados porque somos os principais envolvidos nessa situação. Sentimos que, a qualquer momento, podemos ser presos ou até mesmo desaparecermos.

Conectas • Por que essa violência é dirigida contra vocês? É uma violência de inspiração política?

G.T.P. • Nossa escola sempre foi de luta. Sempre apoiamos os camponeses e os pobres, as pessoas sem recursos. Com o simples fato de darmos educação às pessoas de poucos recursos temos essa consciência política. O Estado é quem se encarrega de nos manter cada vez mais submissos, cada vez mais pobres. Por isso querem que a escola desapareça. Por sorte, temos muito apoio da população mexicana porque ela percebeu que nossa escola é uma criadora de professores, de mestres, de lutadores sociais; é uma escola que nunca vai se render. É justamente por isso que o Estado quer que ela desapareça.

Conectas • O que você espera daqui pra frente?

M.L.A. • Que a comunidade internacional pare de ver o México como um país reformado e progressista na arena internacional de direitos humanos e compreenda a dimensão do que acontece lá dentro. É preciso que a comunidade internacional continue exigindo essa prestação de contas ao México. Também esperamos algo da sociedade mexicana. Esse caso despertou muita consciência. Vimos nas ruas, nas diferentes manifestações que aconteceram. Esperamos que isso ajude na mudança, dentro do México, que é um país tão marcado pela impunidade em questões de direitos humanos.

NOTAS

1. Mais informações sobre o último relatório do GIEI – de 29 de junho de 2015 – estão disponíveis em: <http://www.tlachinollan.org/comunicado-giei-ayotzinapa-avances-y-pendientes/>

• • •

Entrevista realizada em maio de 2015 pela Conectas Direitos Humanos. Luz González e Josefina Cicconetti, também da Conectas, auxiliaram com pesquisa prévia à entrevista.



GERARDO TORRES PÉREZ - México

Gerardo Torres Pérez é aluno da Escola Normal Rural “Raúl Isidro Burgos” de Ayotzinapa do Estado de Guerrero no México.

Recebido em maio de 2015
Original em Português.



MARÍA LUISA AGUILAR - México

María Luisa Aguilar é coordenadora da área internacional do Centro de Derechos Humanos de la Montaña Tlachinollan.

Recebido em maio de 2015
Original em Português.

“Este artigo é publicado sob a *Creative Commons Noncommercial Attribution-Share Alike 4.0 International License*”